

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 23ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a comemorar o Centenário Mundial de Institucionalização da Terapia Ocupacional
- 1.3 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissão

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 11/7/2017

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Rogério Correia – André Quintão – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14h11min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/7/2017

Presidência do Deputado Antônio Jorge

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Anderson Luís Coelho – Palavras do Presidente – Palavras da Sra. Luciana Gaelzer Wertheimer – Palavras da Sra. Claides Devincenzi – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Antônio Jorge.

Abertura

O presidente (deputado Antônio Jorge) – Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar o Centenário Mundial de Institucionalização da Terapia Ocupacional.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Anderson Luís Coelho, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região; Marconi Bastos Saldanha, procurador do Estado; Marcelo Renato Massahud Júnior, representando o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; e Ronaldo Gontijo, fisioterapeuta, representando a Secretaria de Saúde de Contagem; e as Exmas. Sras. Gisela Saldanha, procuradora de Justiça; Luciana Gaelzer Wertheimer, presidente da Confederação Latino-Americana de Terapeutas Ocupacionais – Clato; e Claides Devincenzi, presidente da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – Abrato.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo músico Basti de Mattos.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre terapia ocupacional.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antônio Jorge, coautor, com o deputado Rogério Correia, do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos e todas. Quero saudar aqui – de certa forma é nosso anfitrião também, pela iniciativa conjunta desta Casa com o Crefito – nosso amigo e presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região – Crefito-4 –, Anderson Luís Coelho; também quero saudar e agradecer a presença do Sr. procurador do Estado, Dr. Marconi Bastos; da mesma forma, a Sra. procuradora de justiça, Dra. Gisela Saldanha; e a Sra. presidente da Confederação Latino-Americana de Terapeutas Ocupacionais – Clato –, Luciana Gaelzer Wertheimer. Também quero agradecer, saudar e reconhecer o mérito dos agraciados aqui e da presidente da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – Abrato –, Sra. Claides Devincenzi; o Sr. Marcelo Renato Massahud Júnior, representando o presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Coffito. Cumprimento o nosso amigo Ronaldo Gontijo, fisioterapeuta, representando aqui a Secretaria de Saúde de Contagem, e também autor de uma lei que instituiu, ano passado, a comenda, por ocasião dos 30 anos do Crefito em Minas Gerais, com a qual tive a honra de ser agraciado na categoria do Mérito Legislativo. Muito obrigado pela presença, Ronaldo.

Amigos e amigas, querido Anderson, hoje abrimos a Casa para um momento muito especial. Digo isso como militante da causa de saúde, que veio para a vida pública, para a cena pública em função exatamente da reforma psiquiátrica, momento em que fizemos, acredito eu, um grande *input* na profissão do terapeuta ocupacional. Seguramente muitos aqui militam e atuam na área da saúde mental. Vivemos uma ocasião, um cenário de tantas dificuldades na vida pública, em que nós, independentemente da condição de trabalho, de classe social, somos diariamente atravessados por notícias que nos colocam preocupações em relação ao horizonte imediato das nossas instituições.

Mas, diante de um cenário tão adverso, estamos na Casa do povo, na Casa Legislativa, para saudar grandes feitos: os 100 anos da profissão do terapeuta ocupacional, o êxito do Crefito-4, na pessoa do Anderson, e todos vocês, todos os senhores e as senhoras que labutam cotidianamente nesse *front* tão necessário para a vida republicana, nesse *front* tão indispensável para a nossa cidadania, que é o *front* da saúde.

Temos muito a aprender na saúde com o saber da terapia ocupacional. Falo isso pela experiência do convívio, atuando clinicamente na saúde mental. Nesse período, pudemos observar o crescimento na reforma psiquiátrica, o crescimento dos nossos dispositivos de saúde na saúde mental, a imbricação do conhecimento de uma outra visão de saúde até então muito centrada na figura e no conhecimento positivista do médico. Aprendemos muito com os terapeutas ocupacionais. Aliás, aprendemos muito na intersectorialidade da saúde. Talvez seja um exemplo ainda para as demais políticas públicas.

Falo muito do lugar da saúde, mas reconhecendo toda a área do conhecimento da TO, toda a área de atuação profissional das senhoras e dos senhores, ora na educação, ora na assistência social e, como disse, de forma muito relevante e importante, na saúde. Espero termos não só vida longa, porque essa acho que está assegurada. Mas é necessário um desenvolvimento cada vez maior desses outros saberes não médicos, do enorme conhecimento que trazem, da enorme relevância que traz a terapia ocupacional para a área da saúde, cada vez mais dependente de abordagens multidisciplinares, cada vez mais dependente de outros olhares, cada vez mais necessária diante do quadro epidemiológico que se apresenta a todos nós para uma população que envelhece, para uma população que, cada vez mais, morre e adoce por condições crônicas, em que a tradicional figura do aparato de saúde ativa, em que o sujeito se coloca como paciente, é permutada por um horizonte em que a equipe de saúde, de que a TO faz parte, coloca-se de forma horizontalizada perante o cidadão, perante o usuário do sistema público. É a integração dos vários conhecimentos e dos vários saberes que poderá levar, de fato, a uma mudança de comportamento, a uma atitude, a uma adesão a um tratamento, a uma mudança qualitativa na área da saúde que todos nós desejamos.

É um momento de muito regozijo para esta Casa recebê-los; apartarmos aqui, numa agenda tão beligerante que temos na política hoje, num País dominado por um empobrecimento binário da discussão política, podermos abrir um parêntese na atividade deste Parlamento para recebê-los com essa honraria, com essa merecida e justíssima solenidade.

Mais uma vez, vida longa à terapia ocupacional e parabéns a todos os agraciados e a todas as senhoras e senhores que fazem parte dessa história. Parabéns.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o deputado Antônio Jorge, coautor, com o deputado Rogério Correia, do requerimento que deu origem a esta solenidade, neste ato representando o deputado Adalcleber Lopes, presidente da Casa, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Anderson Luís Coelho. A placa contém os seguintes dizeres: “Ser saudável é, sobretudo, manter o bem-estar biológico, social e psicológico. Por acreditar nisso é que a terapia ocupacional, há um século, busca capacitar indivíduos a lidar com o seu cotidiano nas mais variadas atividades para que eles se tornem independentes e tenham uma vida plena. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no Centenário Mundial de Institucionalização da Terapia Ocupacional, rende a essa profissão justa homenagem por sua importância inequívoca para a saúde do ser humano”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Anderson Luís Coelho

Exmo. Sr. deputado Antônio Jorge, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia; Sr. Marconi Bastos Saldanha, procurador do Estado; Sra. Gisela Saldanha, procuradora de justiça; Sra. Luciana Gaelzer Wertheimer, presidente da Confederação Latino-Americana de Terapeutas Ocupacionais – Clato; Sra. Claides Devincenzi, presidente da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – Abrato; Sr. Marcelo Renato Massahud Júnior, representando o presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Coffito; Sr. Ronaldo Gontijo, fisioterapeuta, representando a Secretaria de Saúde de Contagem; Ilma. Sra. Daniela Rodrigues Villani, vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Crefito –, representando a Secretaria de Saúde de Contagem; ilustríssimos senhores agraciados pelo Crefito-4 com a Comenda Centenário Mundial da Terapia Ocupacional; prezadas e prezados profissionais; docentes e estudantes de terapia ocupacional; minhas senhoras e meus senhores, boa noite.

Nos minutos finais do belíssimo longa-metragem que narra sua revolução particular, a Dra. Nise da Silveira afirma concordar com as palavras do poeta e dramaturgo francês Antonin Artaud: “Há 10 mil modos de ocupar-se da vida e de pertencer à sua época”. A história da humanidade, até hoje, é, de certa forma, a história das ocupações humanas. Curiosamente, segundo alguns autores, a palavra “ocupar”, de origem latina, teria ocorrido pela primeira vez na língua portuguesa por volta do século XIV, como sinônimo de “estar na posse de” ou “conquistar”. De lá para cá, as acepções do termo “ocupação” se multiplicaram. Mas foi somente no início do século XX que essa palavra se juntou àquela criada, há mais tempo, pelos gregos para designar “cura”, ou seja, “terapia”.

Ocupamos hoje o Plenário principal desta Casa do povo para rememorar um dia que já dura 100 anos: a data em que um pequeno grupo de homens e mulheres decidiu se ocupar de algo até então inexistente para pertencer a um tempo que ultrapassaria a própria época. Sim, era numericamente pequeno aquele grupo que se reuniu em março de 1917, na cidade de Nova Iorque para fundar uma associação e, com isso, institucionalizou-se a profissão de terapeuta ocupacional. Três mulheres e três homens, reza a tradição.

Eram poucos sonhadores diante de um grande sonho. Um sonho possível e promissor, pois ali estava começando a se concretizar, e, em 2017, completa um século, tendo conquistado todos os continentes nesse período. Esse generoso sonho, essa bela declaração de amor à humanidade – a terapia ocupacional – levou várias décadas até ocupar Minas Gerais. E isso aconteceu no mesmo século em que nosso estado sediou o holocausto brasileiro em Barbacena e, mais tarde, momentos memoráveis da luta antimanicomial, inclusive nesta Assembleia Legislativa. O que estamos celebrando nesta noite, minhas senhoras e meus senhores, é a trajetória exitosa da terapia ocupacional em terras mineiras.

Quando a profissão surgiu nos Estados Unidos, Belo Horizonte tinha apenas 20 anos. Atualmente, nossa capital é internacionalmente reconhecida pela qualidade da produção científica de terapeutas ocupacionais que aqui trabalham, e todo o Estado se beneficia onde há a presença desse profissional. Para simbolizar nosso reconhecimento às construtoras e aos construtores dessa história em Minas, entregamos, há pouco, a Comenda Centenário Mundial da Terapia Ocupacional. Nosso gesto é tão singelo quanto sincero. Agradecemos aos deputados Rogério Correia e Antônio Jorge pela oportunidade de tornar pública a importância que o povo mineiro e o Crefito-4 atribuem aos terapeutas ocupacionais radicados no Estado.

Alguns dos agraciados não nasceram em Minas, é verdade. Todos, porém, contribuíram para o desenvolvimento da profissão no Estado, no País, no mundo. Da implantação de um modesto serviço no interior à apresentação de pesquisas em eventos e publicações internacionais, cada personalidade ou organização homenageada colaborou, a seu modo, construindo no cotidiano o reconhecimento da terapia ocupacional, a partir da dignidade pessoal ou da reputação institucional. Se há 10 mil modos de ocupar-se da vida e de pertencer à sua época, cumprimentamos os profissionais e acadêmicos, aqui presentes, por terem escolhido um dos mais nobres e belos, a terapia ocupacional.

Boa noite, muito obrigado e vida longa à profissão centenária!

Palavras do Presidente

Passo a ler uma mensagem do nosso presidente Adalclever Lopes. (– Lê:) “É essencial a comemoração nesta Casa do Centenário Mundial de Institucionalização da Terapia Ocupacional quando promovemos o reconhecimento dessa necessária classe profissional. A carência de seus serviços em algumas regiões do País levou à sua inclusão no programa Mais Médicos, integrando equipes multidisciplinares em unidades básicas de saúde e no Programa de Saúde da Família. A terapia ocupacional é hoje de grande importância para o Sistema Único de Saúde, atendendo a pessoas em situação de vulnerabilidade. Na defesa das políticas sociais e de saúde como direitos de cidadania, a Assembleia mineira cumprimenta os profissionais atuantes no Estado, responsáveis pela reinserção na vida social de pacientes de todas as faixas etárias. Muito obrigado. Adalclever Lopes, presidente da Casa Legislativa de Minas”.

A nossa solenidade caminha para o encerramento. Já me manifestei e gostaria de franquear a palavra aos membros da Mesa.

Palavras da Sra. Luciana Gaelzer Wertheimer

Boa noite a todos os colegas e futuros colegas. Em nome dos países da América Latina, agradeço a oportunidade de estar aqui. Farei 30 anos como terapeuta ocupacional no dia 7 de agosto. Lembro-me muito da referência que tive do povo mineiro em terapia ocupacional. É um momento histórico de resgate da nossa profissão neste estado. A terapia ocupacional encanta, reencanta, potencializa, cria, recria e, como disse o Anderson, ocupa espaços. Hoje nós falamos em justiça ocupacional, em empoderar o usuário para ter uma vida mais plena e digna.

A terapia ocupacional na América Latina vem crescendo de uma maneira espantosa. Entendemos a América Latina como até a América Central também. Em nome de todos os meus colegas latino-americanos, agradeço esta oportunidade de estar aqui. Obrigada.

Palavras da Sra. Claides Devincenzi

Boa noite. A Associação Brasileira de Terapia Ocupacional – Abrato – só tem a agradecer a esta Casa por esta homenagem e ao presidente do Crefito-4 por evidenciar a terapia ocupacional a todos os presentes. A Abrato vem lutando por espaço, por empoderamento da terapia ocupacional. Este momento é muito importante para todos nós. É muito bom sermos chamados no momento em que fazemos 100 anos e podermos estar aqui falando da terapia ocupacional. É um momento único. Obrigada a todos.

O presidente – Obrigado, Sra. Devincenzi. Com muita satisfação e me sentindo alinhado ao presidente Anderson, quero dizer que, para mim, é uma honra tê-los aqui e destacar o meu enorme aprendizado no convívio com os terapeutas ocupacionais, na nossa atividade clínica, e dizer mais uma vez que enobrece muito esta Casa solenidades como esta, em que reconhecemos o mérito de um segmento da sociedade, reconhecemos a grandeza do Crefito e hoje, em especial, da terapia ocupacional.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 11/7/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/6/2017

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Duarte Bechir (substituindo o deputado Dirceu Ribeiro, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do

Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Dirceu Ribeiro. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 8.564 a 8.567/2017. É recebido e aprovado o Requerimento nº 8.758/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de Ensino em Campo Belo pedido de informações sobre as razões do anunciado fechamento da Escola Estadual José do Patrocínio Cardoso, estabelecimento de larga tradição no referido município, responsável pela formação de gerações, especialmente na área técnico-contábil. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.759/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto Iniciação Científica no Ensino Médio, lançado pela Secretaria de Estado de Educação;

nº 8.760/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aplicativo para economizar energia e água desenvolvido pelos gêmeos Jeiel Junio Silva Santos e Junio Gabriel Silva Santos, ganhadores do Prêmio Bom Exemplo Edição 2017 na categoria cidadania;

nº 8.761/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a formulação de um plano de valorização do diretor de escola em exercício, que não foi contemplado com os efeitos da Lei nº 9.532, de 30 de dezembro de 1987, na forma da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003;

nº 8.762/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a dinâmica do funcionamento do Ipsemg com relação à oferta de assistência médica e laboratorial aos servidores em exercício nas superintendências regionais de ensino – SREs – do Estado, especialmente a situação em que se encontram os servidores da SRE de Caxambu.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir a Profa. Suely Duque Rodarte, diretora executiva da Undime-MG, membro da Conspiração Mineira pela Educação, presidente da Câmara de Ensino Fundamental do CEE-MG, coordenadora do Fepemg. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2017.

Celise Laviola, presidente – Thiago Cota – João Vítor Xavier.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/6/2017

Às 18 horas, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira, no dia 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita no Distrito de Belisário, na Serra do Brigadeiro, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Carolina Gusmão da Costa, diretora de Proteção e Defesa de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, e os Srs. Fábio Correia do Nascimento, titular da 32ª Delegacia de Polícia Civil de Minas Gerais, representando o delegado Regional de Polícia Civil em Muriaé; Reginaldo de Souza Roriz, membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Muriaé, representando o presidente; Lucas Magno, professor do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais; Frei Gilberto Teixeira da Silveira, liderança vítima de ameaças, e Carlos Alberto de Oliveira, agricultor e liderança local. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de documentos necessários à tramitação dos Projetos de Lei nºs 3.636, 3.897 e 3.914/2016, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.048 e 4.325 (deputado Durval Ângelo), 4.363 e 4.364 (deputado Hely Tarquínio), 4.380 (deputado Isauro Calais), 4.019, 4.360 e 4.379/2017 (deputado Roberto Andrade). O presidente suspende a reunião. Às 12h16min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Isauro Calais e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dilzon Melo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A seguir, é retirado de pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Bonifácio Mourão, o Projeto de Lei nº 3.571/2016. É aprovado requerimento do deputado Isauro Calais solicitando que os Projetos de Lei nºs 4.048 e 4.086/2017 sejam apreciados, respectivamente, em primeiro e segundo lugares dessa fase. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.048 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Durval Ângelo) e 4.086/2017 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Durval Ângelo, em virtude de redistribuição). A presidência suspende a reunião. Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Luiz Humberto Carneiro, Roberto Andrade, Ivair Nogueira e Geraldo Pimenta (substituindo, respectivamente, os deputados Durval Ângelo e Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM). O presidente, deputado Luiz Humberto Carneiro, prorroga a reunião, que, em seguida, é suspensa. Encerra-se a reunião por decurso do prazo regimental.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Hely Tarquínio – Luiz Humberto Carneiro – Roberto Andrade.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Glaycon Franco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina, em audiência de convidados, a debater o Projeto de Lei nº 3.676/2016, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens de rejeitos no Estado e a receber, discutir e

votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 3.677/2016, no 1º turno, e 4.242/2017, em turno único, para o qual avocou a si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Andressa de Oliveira Lanchott e o Sr. Fernando Chaves Generoso, promotores de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, representando o procurador-geral de Justiça; a Sra. Zuleika Stela Chiacchio Torquetti, superintendente de Gestão Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Srs. Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o secretário; Luís Márcio Vianna, representante do setor de Relações Institucionais do Sindiextra, representando o presidente, o diretor-presidente do Ibram e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Renato Teixeira Brandão, diretor de Gestão de Resíduos da Fundação Estadual do Meio Ambiente, representando o presidente da Feam; Eber José de Andrade Pinto, representante regional da Associação Brasileira de Recursos Hídricos; Renato Ciminelli, coordenador do Projeto Nova Mineração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –; Vitor Penido de Barros, prefeito de Nova Lima e presidente da Amig e da Granbel; Danilo Vieira, secretário de Meio Ambiente de Nova Lima. A presidência, na qualidade de autor do requerimento, tece suas considerações iniciais. A seguir, passa a palavra ao deputado Thiago Cota, também autor do requerimento e relator do Projeto de Lei nº 3.676/2016, para tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se, no recinto, a presença dos deputados Dilzon Melo e Geraldo Pimenta. Nesse momento, a Sra. Andressa de Oliveira Lanchott, promotora de justiça, entrega ao presidente o Ofício nº 397/2017, que contém a nota técnica do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação a qual apresenta um comparativo entre os Projetos de Lei nºs 3.676 e 3.695/2016. Por sua vez, o Sr. Renato Teixeira Brandão, representante da Feam, também entrega ao presidente a nota técnica do Sisema referente ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2017.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 14h10min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o fortalecimento da democracia e da defesa dos direitos. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Conrado Luciano Baptista, vereador em Santos Dumont, em que solicita o envio das notas taquigráficas da reunião dessa comissão ocorrida em 16/5/2016, no Município de Santos Dumont, e Herbert José Almeida Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça, publicado no *Diário do Legislativo* em 21/6/2017. Registra-se a presença do deputado Durval Ângelo. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.032/2017, em turno único (Celise Laviola); 195/2015 e 4.116/2017, no 1º turno (Cristiano Silveira); e 2.606/2015 e 3.611/2016, no 1º turno (Durval Ângelo). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Cida de Jesus, presidente estadual do Partido dos Trabalhadores; Silvana Moraes Rosa, coordenadora da Intersindical; Luana Kathleen Paiva Ramalho, presidente da União Estadual dos Estudantes – UEE-MG; Isabella

Gonçalves, militante das Brigadas Populares e Frente Povo sem Medo; e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; João Batista Miguel, secretário de Estado Adjunto de Cultura; José Vieira Filho, diretor de serviços da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e presidente do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil, representando o ouvidor-geral do Estado e presidente do Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil – PCdoB; Willian dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; Leonardo Boff, teólogo, escritor e professor universitário; Robson Sávio Reis Souza, membro da coordenação do Fórum Mineiro de Direitos Humanos e coordenador da Comissão da Verdade de Minas e do Núcleo de Estudos Sociopolítico da PUC Minas – Nesp; Padre Manoel de Godoy, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Pastoral da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia– Faje –, e Léo Péricles, militante da Frente Povo sem Medo. A presidência concede a palavra ao deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a realizar-se amanhã, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Marília Campos – Geraldo Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2017

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, apresentar os projetos de abastecimento de água da Copasa-MG no Município de Esmeraldas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lidiane Cristina Barbosa, representante da comunidade de Esmeraldas; e Flávia Leroy, vereadora da Câmara Municipal de Esmeraldas; e o Sr. Marcelo Nonato Figueiredo, presidente da Câmara Municipal de Esmeraldas. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. A seguir, a presidente lê o ofício enviado pela Copasa-MG no qual justifica sua ausência na audiência. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2017.

Thiago Cota, presidente – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2017

Às 14h23min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cristiano Silveira e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições

sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11/2015, com a Emenda nº 5 (relator: deputado Cristiano Silveira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.965/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Defensoria Pública do Estado pela realização de casamento comunitário, em 23/6/2017, de cuja cerimônia participaram mais de mil casais;

nº 8.966/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à PMMG pedido de providências para que se verifique a possibilidade de nomeação dos candidatos excedentes do Curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais do ano de 2017 – CHO/17 – Edital DRH/CRS nº 17/2016;

nº 8.967/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam enviadas cópias de toda a documentação e dos procedimentos de licenciamento para a exploração de bauxita na Serra do Brigadeiro pela Companhia Brasileira de Alumínio – CBA –, em particular os relacionados ao X/RDMA, a fim de que seja concedida licença prévia para que a companhia explore essa área, bem como as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Belisário, Muriaé, no dia 26/6/2017, com a finalidade de debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira, no dia 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita nesse distrito, com ênfase na apresentação de Lucas Magno;

nº 8.968/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas à nomeação dos candidatos excedentes do Curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais do ano de 2017 – CHO/17 – Edital DRH/CRS nº 17/2016;

nº 8.969/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater projeto de lei de autoria do governador que dispõe sobre o Conselho Estadual de Cidadania LGBT, encaminhado por meio da Mensagem nº 308/2017;

nº 8.970/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda –, à Chefia de Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, à 32ª Delegacia da PCMG, à Delegacia Regional da PCMG em Muriaé e à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Belisário, Muriaé, no dia 26/6/2017, com a finalidade de debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira, no dia 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita no Distrito de Belisário, na Serra do Brigadeiro;

nº 8.971/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Belisário, Muriaé, no dia 26/6/2017, com a finalidade de debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira, no dia 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, e pedido de providências cabíveis relativamente às denúncias feitas por Reinaldo Barberine, da Comissão Pastoral da Terra, sobre a situação de José Bento da Silva, pequeno agricultor do Município de São Sebastião da Várzea Alegre, na região conhecida como Canteiro, hoje sitiado em sua propriedade de 1 alqueire e seu entorno, por atividades mineradoras da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA – privando-o, supostamente, de acesso a recursos hídricos e outros meios para suas atividades produtivas e de subsistência;

nº 8.972/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – pedido de providências com vistas ao fomento de cursos de capacitação de defensores de direitos humanos, priorizando-se as comunidades localizadas nas regiões de conflitos com a atividade mineradora;

nº 8.973/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – Caoma –, à Coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários e à 6ª Promotoria de Justiça do Ministério Público, Comarca de Muriaé, as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Belisário, Muriaé, no dia 26/6/2017, com a finalidade de debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira, no dia 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro;

nº 8.974/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhados às Câmaras Municipais de Muriaé, Rosário de Limeira e Miradouro pedido de providências para que se envidem esforços com vistas a debater com as populações locais de seus respectivos municípios, por meio de audiências públicas, a questão da exploração mineral da Serra do Brigadeiro e seus impactos socioambientais, bem como as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Belisário, Muriaé, no dia 26/6/2017, com a finalidade de debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira, no dia 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, com ênfase na apresentação de Lucas Magno;

nº 8.975/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhados ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja incrementado o policiamento ostensivo no Município de Belisário, seja por meio de instalação de um destacamento da PMMG, seja por meio da disponibilização de viaturas de patrulhamento rural, com tração 4X4, para a cobertura de toda a região, bem como as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Belisário, Muriaé, no dia 26/6/2017, com a finalidade de debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira, no dia 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, com ênfase na apresentação de Lucas Magno.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Cabo Júlio.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2017

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Noraldino Júnior, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência de convidados, debater a esporotricose, zoonose causada por fungos que tem os gatos como hospedeiros, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carla Maria Sássi de Miranda, médica-veterinária, vereadora da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete; Adriana Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais; Elisângela Duque, vice-presidente do Grupo de Apoio e Proteção aos Animais de Lagoa Santa; Vera Lúcia Rebelo, diretora financeira do Grupo de Apoio e Proteção aos Animais de Lagoa Santa; e Daniela Araújo, presidente da ONG Do Bem Pet, e os Srs. Doutor Neidson, deputado estadual da Assembleia Legislativa de Rondônia; e Anderson do Singeperon, deputado estadual da Assembleia Legislativa de Rondônia. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2017.

Noraldino Júnior, presidente.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/7/2017**

Às 16h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Thiago Cota, Dilzon Melo e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 1.947/2015, no 2º turno, o relator, deputado Dilzon Melo, retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro parecer. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Marília Campos – Dilzon Melo – Thiago Cota.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017**

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.043/2017, em turno único, do qual designou como relator o deputado Fábio Avelar Oliveira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.045/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação e Cidadania solicitação apresentada pelas entidades representativas das juventudes de iniciativa, por parte, do Poder Executivo, de envio de projeto de lei contendo a proposta de plano estadual das juventudes no Estado que atenda às políticas públicas destinadas a tratar das demandas, das necessidades e dos anseios da juventude mineira;

nº 9.046/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhada à Mesa da Assembleia solicitação apresentada pelas entidades representativas das juventudes, de realização do Fórum Técnico Jovens nas Gerais – Construindo o Plano Estadual das Juventudes, garantindo-se a interiorização das discussões e a plena representação das diversas regiões do Estado na etapa final desse evento;

nº 9.047/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia manifesto que encaminha o texto básico elaborado pela Comissão Organizadora do Fórum Técnico Jovens nas Gerais – Construindo o Plano Estadual das Juventudes, com o objetivo de orientar a elaboração e a discussão das políticas públicas para as juventudes;

nº 9.048/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o secretário de Estado de Esportes, as políticas públicas de apoio ao esporte em Minas Gerais, em especial a implementação da Lei de Incentivo ao Esporte e o ICMS Solidário – Critério Esporte;

nº 9.049/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Educação as notas taquigráficas da audiência pública realizada no dia 27/7/2017 e o manifesto que encaminha o texto básico elaborado pela Comissão Organizadora do Fórum Técnico Jovens nas Gerais – Construindo o Plano Estadual das Juventudes, com o objetivo de orientar a elaboração e a discussão das políticas públicas para as juventudes.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao secretário de Estado de Esportes para debater assuntos de interesse da comissão, realizada em 30/5/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente – Cássio Soares – Nozinho.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Local visitado: Secretaria de Estado de Esportes

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 8.275/2017, do deputado Ulysses Gomes, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude visitou, em 30/5/2017, a Secretaria de Estado de Esportes, a fim de debater assuntos de interesse da comissão.

Participaram da visita os deputados Carlos Henrique, Fábio Avelar Oliveira, Mário Henrique Caixa e Ulysses Gomes, presidente da comissão, que foram recepcionados por Arnaldo Gontijo de Freitas, secretário de Estado de Esportes, e Ricardo Sappi, secretário adjunto de Esportes.

Relato

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude visitou, em 30/5/2017, a Secretaria de Estado de Esportes – Seesp – com o objetivo de debater assuntos de interesse da comissão.

Na reunião, a comissão se colocou à disposição da Seesp para atender, dentro de sua competência, às demandas do órgão e de outros atores do setor esportivo. Os parlamentares apresentaram algumas demandas à secretaria, como o fomento ao esporte amador, sobretudo nos municípios do interior, e o aproveitamento mais efetivo de alguns equipamentos esportivos, entre os quais o Mineirinho. Por sua vez, a Seesp apresentou alguns programas sob sua responsabilidade, bem como demandas para que as políticas de esporte do Estado sejam mais bem-executadas e bem-divulgadas.

De acordo com o secretário de Esportes, apesar das dificuldades, a secretaria tem conseguido executar as políticas de esportes. Segundo o secretário, um dos desafios da atual gestão é fomentar o paradesporto. Solicitou, então, à Comissão de Esportes que interceda junto ao Ministério dos Esportes para a liberação de recursos destinados a essa modalidade esportiva.

Outro ponto importante para a atual gestão da pasta é promover adequações na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Para tanto, o secretário solicitou aos parlamentares a realização de audiência pública que crie oportunidade para debater a norma em questão, suas deficiências e potenciais aprimoramentos.

Além disso, a Seesp manifestou interesse em utilizar a estrutura de comunicação desta Casa como forma de ampliar a divulgação das ações desenvolvidas pela Secretaria – ICMS Esportivo, criação de conselhos e fundos de esporte, Jogos Escolares e Jogos do Interior de Minas. Dado o alcance da Rádio Assembleia e da TV Assembleia no Estado, a participação dos municípios nos programas executados pela Seesp poderia aumentar significativamente.

Por fim, a Seesp informou aos parlamentares que realizará evento com a participação de todos os secretários municipais de esporte de Minas Gerais e solicitou apoio da comissão para sua organização e execução.

Conclusão

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude considerou a reunião satisfatória, uma vez que estabeleceu uma possibilidade de trabalho conjunto com o Poder Executivo para discutir a política esportiva. A comissão se comprometeu a se empenhar para atender às demandas da Seesp e dos demais atores envolvidos com o esporte em Minas Gerais.

Em relação às demandas apresentadas pela Seesp, oportunamente será agendada audiência pública para debater a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, uma vez que a comissão já aprovou requerimento para a sua realização.

Quanto à parceria entre a secretaria e esta Casa para a realização de eventos e produção e divulgação de informações relativas às políticas estaduais de esporte, a comissão se colocou à disposição para atuar como espaço de interlocução entre a secretaria e a sociedade.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

Ulysses Gomes, relator.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/7/2017

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cabo Júlio e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cabo Júlio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina, em audiência pública, a debater a situação de policiais militares e agentes em situação de vulnerabilidade e suas respectivas famílias os quais residem no Residencial das Américas e se encontram na iminência de ser despejados e a receber e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de petição do Sr. Jonas Santos de Lírio em que requer providências quanto à suposta conduta ilícita de policial militar relatada no documento que encaminha e de ofício do Sr. Jaime Arturo Ramirez, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* de 29/6/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença do deputado Cristiano Silveira, que assume a presidência e convida a tomar assento à mesa as Sras. Ellen Mattos Figueiredo, analista comercial da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, representando Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente; Ligia Maria Alves Pereira, coordenadora da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários e chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, e Dorcas Ferreira de Moraes, liderança dos moradores do Programa Lares Gerais, o Major PM Fernando Alexandre de Souza, representando o Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; os Srs. Marcelo Flávio Foreaux, analista de comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, representando Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga, diretor-presidente; Alexandre Fortes, assessor da presidência da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab –, representando Alessandro Marques, presidente; William dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG; o Sarg. PM Walter, presidente da Associação Central Única dos Militares Estaduais – Cume; o Cb. PM Tonaco, presidente do Instituto Alferes Tiradentes – Iscrat; os Srs. Daniel Igor Mendonça, advogado, e Antônio Carlos de Melo,

advogado. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra ao outro coautor, deputado Cabo Júlio. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/7/2017

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2017 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado João Magalhães). Registra-se o voto contrário dos deputados Sargento Rodrigues e Gustavo Valadares. O Projeto de Lei nº 3.844/2016 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, aprovado pela comissão. O Projeto de Lei nº 4.280/2017 é retirado de pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. A presidência verifica, de plano, a ausência de quórum e deixa de apreciar os Projetos de Lei nºs 2.553/2015; 3.561, 3.658, 3.672, 3.785, 3.824 e 3.843/2016; 3.985, 4.086, 4.148 e 4.310/2017, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião extraordinária da mesma data, às 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Arnaldo Silva – Gustavo Valadares – Cristiano Silveira – Agostinho Patrus Filho – Dirceu Ribeiro.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/7/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.744/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os critérios de mapeamento e financiamento para implantação de novas unidades de pronto atendimento no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.797/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre o impacto orçamentário-financeiro e sobre possíveis medidas compensatórias para viabilizar a concessão de incentivo fiscal de ICMS para energia elétrica e água destinada à indústria, a fábricas e a empreendimentos econômicos no Estado, como forma de fomentar o desenvolvimento econômico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.838/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo *Outorgas e a crise hídrica*, de autoria do Sr. Apolo Heringer Lisboa, médico do Projeto Manuelzão, publicado na pág. 19 do jornal *O Tempo*, de 8 de julho de 2015, em que o autor discute o papel do Estado e da Copasa-MG na gestão ecossistêmica do meio ambiente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.979/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o Projeto de Rochas Ornamentais e de Revestimento e o potencial de exploração das reservas de lítio no Estado, incluindo-se mapas com a localização dos centros de produção e informações sobre as rochas lavradas, especialmente no Vale do Jequitinhonha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniró Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2015, do deputado Fred Costa, que proíbe a emissão do boleto de oferta, sem autorização prévia, para contratação de produtos e serviços. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Defesa do Consumidor, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.475/2016, do deputado Doutor Jean Freire; 3.838/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.903/2016, do deputado Ulysses Gomes; 3.944/2016, do deputado Gil Pereira; 3.975/2017, do deputado Paulo Guedes; e 4.021/2017, do deputado Lafayette de Andrada.

Requerimentos nºs 7.579/2017, da Comissão de Segurança Pública; 7.628/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 7.799/2017, da Comissão de Participação Popular; 7.819/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 7.907/2017, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2017, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o Estatuto da Criança e do Adolescente e comemorar seus 27 anos e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 11/7/2017, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Edmundo Antonio Dias Netto Junior, procurador regional dos Direitos do Cidadão, solicitando providências para a implementação do comitê e do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura, conforme diretrizes estabelecidas pelo Protocolo Facultativo da Convenção da ONU contra a Tortura, ratificado pelo Brasil. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.419/2015.)

Do Sr. Edmundo Antonio Dias Netto Junior, procurador da República, solicitando informações sobre as medidas em curso nesta Casa com vistas à implementação efetiva do comitê e do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Everton de Assis Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Paraisópolis, encaminhando moção de repúdio formulada por essa casa legislativa contra o aumento na alíquota do ICMS prevista no Projeto de Lei nº 3.397/2016. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da CEF, comunicando o crédito de recursos financeiros na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0398.482-30/2012, firmado com a Secretaria de Fazenda, no âmbito do programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da CEF, comunicando o crédito de recursos financeiros na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 819155/2015, firmado com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, no

âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da CEF, comunicando o crédito de recursos financeiros na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 822620/2015, firmado com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.178/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna, presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.977/2017, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Herbert José Almeida Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.252/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Kênia Régia Anasenko Marcelino, presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.092/2017, do deputado Bosco.

Da Sra. Luciana L. Lara Luce, chefe de gabinete da Defensoria Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.234/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Luciana L. Lara Luce, chefe de gabinete da Defensoria Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.264/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.707/2015, do deputado Felipe Attiê.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.550/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.309/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.945/2016, da Comissão Extraordinária do Idoso.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.015 e 6.016/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.158/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.278/2016, da Comissão de Agropecuária.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.383/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.642/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.643/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.719/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.778/2017, da Comissão de Transporte.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.784/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.891/2017, da Comissão de Administração Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.927/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. William Sarayeddin, gerente de Engajamento da Fundação Renova, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.984/2017, da Comissão do Trabalho.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/7/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gisele Mezêncio Leal Lima, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

exonerando Paulo Tarciano Neves Campos, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Soraia Faria Prado, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Adriana Aparecida dos Reis Bessa, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Demetrio Antônio Ferreira Neto, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

nomeando Frederico Fransoar Antunes Cardoso, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

nomeando Herbert Nilson de Toledo, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Livia Silva Araujo Passos, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marcelo Eugenio Garcia, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Rosymar Eustáquio Rodrigues, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 35/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 61/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/7/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para locação de cabine com instalações sanitárias.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/7/2017, na pág.37, onde se lê:

“Cleidmar Machado Ferreira”, leia-se:

“Cleidmar de Carvalho Ferreira”.